

FORMAÇÃO, ORGANICIDADE E ESPAÇOS VIVIDOS PELOS MORADORES DO ASSENTAMENTO SERRA DO INGÁ, EXU-PE

LIDIANE BERNARDO GOMES¹
ANA ROBERTA DUARTE PIANCÓ²

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em resgatar a história de vida dos moradores do Assentamento Serra do Ingá, em Exu/PE e também visa desvelar como o assentamento e os espaços vividos por seus moradores surgiram. Nesse sentido, as questões centrais que norteiam esse trabalho podem ser formuladas nos seguintes termos: Qual a origem do assentamento? Como viviam os moradores antes de serem assentados? Quais as representações desse espaço vivido? Quem foram os organizadores do assentamento? Qual a forma de organização atual do assentamento? O entendimento da gênese deste assentamento é fundamental para entender sua dinâmica atual. A importância de desenvolver esse trabalho no referindo assentamento se dá pelo fato do Assentamento Serra do Ingá ter sido o primeiro assentamento formado no município de Exu e também por se ter o interesse de compreender a organização e espacialização dos assentados.

Palavras-chave: *Assentamento. Formação. Organicidade e Reforma Agrária.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho buscou relatar de forma sucinta como ocorreu a formação do Assentamento Serra do Ingá no município de Exu, no estado de Pernambuco, e mostrar como atualmente vivem os moradores do referido assentamento.

A realização do trabalho se deu através de visitas para o assentamento, com observação e conversas informais com os moradores. Vale ressaltar que, diferentemente do acolhimento que se tem na zona urbana, quando se deseja realizar uma pesquisa desse tipo, naquela localidade as pessoas são extremamente acolhedoras. Nesse sentido, não houve dificuldade na coleta de informações.

Tomando como base os dados obtidos em um trabalho realizado nesse assentamento em 2011 e as informações coletadas nas visitas, faremos, em primeiro lugar, uma breve análise histórica da estrutura fundiária no Brasil, onde percebemos que seu desenvolvimento sempre esteve voltado para uma estrutura concentradora. Na segunda parte, trataremos dos desafios

¹ Aluna do curso de Licenciatura em Geografia da *Universidade Regional do Cariri* (URCA).

² Professora Mestre do Departamento de Geociências da *Universidade Regional do Cariri* (URCA). Líder do Grupo de Estudo CNPq- Território, Espaço e Movimentos Sociais. E-mail: robertapiancó@hotmail.com.

enfrentados pelos assentamentos no Brasil, diante das utopias da reforma agrária. Por último, faremos a caracterização do assentamento em estudo.

Existem hoje no município de Exu/PE em média 05 (cinco) assentamentos, sendo que o único sobre o qual foi feito algum trabalho de pesquisa foi o assentamento em questão, um dos quatro assentamentos localizados na Área de Preservação Ambiental (APA) do município. O Assentamento Serra do Ingá é muito organizado, servindo como modelo para os outros.

Como resultado da pesquisa, veremos que este foi um assentamento que, no início, enfrentou muitas dificuldades, porque algumas famílias que foram assentadas não souberam usar a terra para tirar o sustento, chegando, assim, ao abandono do lote conquistado. Perceberemos também que, hoje, as famílias permanecem lá, pagando por uma quantidade de terra que não possuem. Apesar disso, conseguem se manter com base na agricultura familiar.

Portanto, vamos observar que os assentamentos são uma experiência que vem dando certo, apesar das muitas dificuldades que enfrentam.

BREVE HISTÓRICO SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL

A questão da estrutura agrária no Brasil, desde os tempos das capitâneas hereditárias, vem se mostrando como conservadora e concentradora, e tem se agravado cada vez mais. Devido à concentração das grandes propriedades controladas por grandes latifundiários – em sua maioria, grandes empresários capitalistas – e também com o avanço da modernização da agricultura, do capitalismo e a pequena oferta de emprego na agricultura, cada vez um número maior de trabalhadores se aventura em busca de empregos na zona urbana. Segundo Graziano Silva (2001, p. 23) “o meio de produção fundamental na agricultura – a terra – não é suscetível de ser multiplicado (reproduzido) ao livre arbítrio do homem, como o são as máquinas e outros meios de produção e instrumentos de trabalho”.

Considerando essas afirmações, podemos dizer que no Brasil a terra concentrada nas mãos dos grandes capitalistas não tem cumprido sua função social, e isso nos remonta “ao período monárquico, em particular com a Lei da Terra de 1850, marco jurídico da propriedade privada sobre imóveis e germen da atual estrutura agrária”. (OLIVEIRA FILHO, XXI ERED/ERAJU, 2008).

A partir de 1850, com a Implantação da Lei da Terra, para se ter acesso à terra era preciso ter dinheiro, ou seja, os pequenos produtores seriam expulsos para ceder espaço aos grandes, sem falar no processo de grilagem, presente durante muito tempo na agricultura brasileira. A grilagem é um mecanismo usado pelos latifundiários para tomar posse de terras alheias, principalmente aquelas que ficam às margens das grandes propriedades, através de um documento onde é forjada a posse da terra. Assim sendo, Graziano Silva diz que “enquanto a mão-de-obra era escrava, o latifúndio podia sobreviver com terra de ‘acesso relativamente livre’... mas, quando a mão-de-obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada”. (SILVA, 2001, p. 28)

E os trabalhadores, para onde vão, se todos os processos dentro da estrutura agrária só os expulsam do único meio desses sobreviverem? De acordo com Martins (1991, p. 44), “dados oficiosos indicam que há hoje no país cerca de 40 milhões de migrantes, muitos dos quais obrigados a sair do seu lugar de origem devido, principalmente, à concentração da propriedade da terra, à extensão das pastagens e à transformação nas relações de trabalho na lavoura”. Surge, assim, um fato muito importante na luta pela terra no Brasil. Sendo expulsos da terra, os trabalhadores precisam de outra forma para sobreviver. Ir para as cidades não é a solução, já que, lá, eles serão explorados por aqueles que os expropriaram, os capitalistas.

Os movimentos sociais têm se mostrado uma ferramenta poderosa na luta pela terra, principalmente diante das utopias da Reforma Agrária. Longe de se tornar realidade, essas utopias em sido, desde os anos 70, um empecilho ao acesso à terra pelos trabalhadores. Enquanto isso, os trabalhadores se organizam em movimentos sociais rurais para reivindicar o direito de sobreviver.

Em se tratando de movimento social rural, teremos aquele que primeiro se destacou no nível nacional, o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), que, no final de década de 70, organizou um dos maiores acampamentos do Brasil – no Rio Grande do Sul –, e, conseqüentemente, deu origem a vários assentamentos neste Estado, impulsionando outros sem terra a lutar contra a modernização da agricultura e pelo acesso à terra para produzir.

Portanto, a reforma agrária é reconhecida por muitos como o meio mais propício de erradicar a pobreza. Ela é uma política de reafirmação da inclusão social e, apesar da precariedade enfrentada por alguns assentamentos, esses ainda são “uma das formas objetivas de se fazer reforma agrária”. (SOUZA E BERGAMASCO, 2011, p. 2).

A luta pela terra é uma importante dimensão da questão agrária e da implantação de assentamentos rurais no Brasil. Os assentamentos desempenham um importante papel no espaço rural brasileiro devido à contribuição social e econômica que podem gerar como, por exemplo, a diminuição do êxodo rural, o aumento na oferta de alimentos, entre outros.

DESAFIOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

A formação de assentamentos no Brasil, em alguns casos, é marcada por intensas lutas entre os interessados na terra para produzir e os que têm na terra uma maneira de obter lucros, explorando a mão-de-obra de outrem. No Brasil, os assentamentos podem ser formados a partir de arrecadação, desapropriação, reconhecimento, além de outras formas.

As pessoas que passam a constituir esses espaços de vivência baseados apenas na agricultura familiar são aquelas que passaram muito tempo vivendo como oprimidos em grandes propriedades rurais, tendo somente o direito de obedecer para não morrer de fome.

De acordo com Souza e Bergamasco (2011), os assentamentos vêm apresentando resultados positivos, colocando-se como uma estratégia política de integração social, ou seja, na prática, a desapropriação para fins de reforma agrária é uma política viável que dá certo se houver investimento e objetivação por parte dos governantes. O que torna a desapropriação algo quase impossível de acontecer é o fato de essa ser a retirada da terra de alguém em favorecimento de outrem mediante indenização.

No entanto, o que vemos é que não tem acontecido nenhuma alternativa de formação de assentamentos no Brasil, senão através de movimentos sociais constituídos de uma população “sobrante” em áreas rurais. E isso porque, segundo a Agência Brasil (2011),

o que temos tido, ao longo da história brasileira, são programas de assentamento porque a estrutura fundiária continua inalterada, ou seja, grandes propriedades, alta concentração fundiária, grandes investimentos no agronegócio como forma de exportação de *commodities* para equilibrar a balança de pagamento. (AGÊNCIA BRASIL. Entrevista Gilmar Mauro, 2011, *apud* SOUZA E BERGAMASCO, 2011, p. 14)

A pobreza de um país está intimamente ligada à forma como são distribuídas suas terras. Nessa perspectiva, a reforma agrária, enquanto, um projeto de nação e de desenvolvimento – tida por alguns como possível solução para a erradicação da pobreza –, entretanto, foi

transformada em um precário programa de assentamento. Daí, o governo federal criar diversos programas com propostas de reforma agrária que, na verdade, são apenas pano de fundo para a manutenção da estrutura fundiária concentradora e conservadora brasileira, o que faz com que a urbanização aumente e, conseqüentemente, a pobreza também: pessoas sem emprego e sem terra para produzir.

Nesse sentido, Nazareth Wanderley (2011 *apud* SOUZA E BERGAMASCO, 2011, p. 16) diz o seguinte: no Brasil, a existência da pobreza é resultado do próprio modelo de desenvolvimento implantado, que apoiou “a concentração fundiária que expropria a tecnologia que desemprega, as relações de trabalho que degradam o trabalhador e a urbanização que esvazia o campo”.

Assim, para que haja reforma agrária, é necessário se criar um plano de governo que atenda às necessidades da população que se encontra excluída devido à perversidade do sistema capitalista. Uma reforma agrária que saia do papel, que não seja apenas nomes de projetos grandiosos e sem resultados, baseada na realidade daqueles que estão à margem das condições necessárias para sobreviver.

CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO SERRA DO INGÁ

O município de Exu, no Estado de Pernambuco, possui, hoje, um número considerável de assentamentos distribuídos por todo o município. A maior parte deles se encontra na Área de Preservação Ambiental da Chapada do Araripe (APA), que conta hoje com um total de cinco assentamentos, tendo como primeiro o assentamento Serra do Ingá.

A Serra do Ingá está localizada a 24 km de distância da sede do município de Exu/PE. Limita-se ao norte com o Distrito de Rogéu, Santana do Cariri-CE; ao sul, Taboquinhas, Exu-PE; ao leste, Ingá-II com a propriedade do Sr. Manuel Caetano e a oeste, Ingá-I, com a propriedade do Sr. Ota Luna. Tem como via de acesso à BR 122 até o Posto das Serras, ponto de referência das localidades próximas, uma estrada carroçal que perfaz 6 km até a referida localidade. Apesar do clima semi-árido, a Serra do Ingá apresenta uma sensível diferença em relação às áreas mais baixas, em virtude de sua altitude.

O assentamento foi constituído em abril de 1995 por um grupo de trabalhadores do Distrito de Timorante-Exu/PE e trabalhadores das áreas vizinhas à localidade do assentamento.

Hoje, possuem um estatuto reconhecido pelo 1º Cartório de Notas do município de Exu-PE em 2006 pelo Sr. João de Jorge. Sua formação se deu a partir da iniciativa do presidente da associação dos trabalhadores rurais de Timorante-Exu/PE, que tomou conhecimento da venda de uma propriedade do Sr. Pedro Jair. A compra foi feita através do Programa do Governo Federal Cédula da Terra³. O referido assentamento conta com um ha de área de 4.300 tarefas, sendo que, no papel, constam 8.600 tarefas e os assentados pagam ao governo o valor equivalente a esse total. Além disso, durante a formação do assentamento, foi colocado no contrato o total de 49 assentados por exigência do projeto, sendo que foram construídas 31 casas de alvenaria, que corresponde a 180 tarefas por família, contando com a sede da associação. Por isso que famílias de outras localidades além do distrito de Timorante/PE fazem parte do Assentamento Serra do Ingá. Todos eles viviam em terras de grandes latifundiários. Ainda segundo moradores, nenhum deles participou do MST.

De acordo com o estatuto do Assentamento Serra do Ingá, todos os associados têm o direito de votar e de se candidatar nas eleições que ocorrem a cada dois anos. Dos 22 associados, apenas 15 moram no assentamento, os outros moram nas cidades de Exu/PE e Crato/CE. No entanto, cumprem com suas obrigações dentro do assentamento como, por exemplo, com o pagamento da parcela da terra que é feito no mês de dezembro de cada ano. Cada associado paga em média R\$ 600,00, correspondente ao valor do seu lote, e o valor é garantido pela produção agrícola anual e individual; isso se o pagamento for feito na data estabelecida no contrato. Segundo relato dos moradores, todos os anos eles têm conseguido pagar a parcela no prazo estabelecido. Essa parcela chega ao valor de aproximadamente R\$ 17.000 no total.

As famílias assentadas receberam uma ajuda de custo do governo para a compra de equipamentos, e construções de cisternas. No início, os moradores se organizavam de forma coletiva, porém, não deu certo. Isso ocasionou a saída de algumas famílias do assentamento. Segundo relato dos atuais moradores, alguns não investiram o dinheiro que receberam daí, então ficaram sem ter como produzir e abandonaram o assentamento.

Segundo o Sr. Américo Pedro da Silva (58 anos), atual presidente da associação, quando um assentado decide abandonar o assentamento, ele pode receber da associação um valor

³ Projeto de iniciativa do governo federal em parceria com o Banco Mundial que abrange quatro estados do nordeste: Pernambuco, Ceará, Bahia e Maranhão e o norte de Minas Gerais. Tem como objetivo assentar o homem do campo no meio rural visando um autogerenciamento da propriedade e promover a exploração conjunta dos imóveis.

equivalente à sua produção no lote ocupado ou ceder o lote a um associado, para que esse continue produzindo. As casas desocupadas podem ser usadas pelos filhos dos associados que se casarem, porém, esses não podem ter a posse do lote se não se associarem. É o caso da maioria dos filhos.

De acordo com Dona Maria Sobreira, vice-secretária da associação e atual diretora do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Exu/PE (STR), seus filhos não vão fazer o que ela faz, porque eles querem morar na cidade e não gostam do trabalho como agricultor. E, quando o filho de algum dos assentados casa, ele passa a viver no Assentamento Serra do Ingá como agregado, se houver um lote desocupado, porque eles não querem se tornar associados com o desejo de morar na cidade.

É impressionante o apego que esses assentados – os mais velhos – têm com o seu espaço de vivência. Todos o caracterizam como um lugar de relação bastante afetiva e pacífica.

A principal atividade desenvolvida é agricultura familiar. São cultivadas verduras como: coentro, pimentão, alface, berinjela, tomate e cebolinha (*ver figura 01*) para o sustento da família, e o excedente é comercializado na feira da cidade de Exu/PE, aos sábados, sendo feito o transporte em uma caminhonete.

Figura 01 – Plantação de coentro, alface e cebolinha, assentamento Serra do Ingá/Exu-PE-2013.



Fonte: Lidiane Gomes, 2013.

Na plantação, não é usado nenhum tipo de veneno. A água utilizada é retirada de uma cisterna de calçadão. A água da chuva cai na calçada e escorre para dentro dela. A cisterna foi construída através de um programa iniciado no assentamento em 2009. Esse programa libera a construção de cisterna para captação de água da chuva com capacidade para 52 mil litros de água.

Existem, atualmente, no assentamento, 05 cisternas desse tipo e são individuais (*ver figura 02*). Em se tratando do adubo, esse é comprado ao preço de R\$ 270,00 a carga, e feito uma purificação com um produto líquido obtido da mandioca.

Figura 02 – Cisterna de calçadão, assentamento Serra do Ingá/Exu-PE -2013.



Fonte: Lidiane Gomes-2013.

Além de no plantio, eles trabalham com a criação de porco, galinha, gado e caprinos. Vale ressaltar que este último em menor quantidade, pois, devido à falta de estrutura das cercas, eles invadiram algumas plantações, acarretando em prejuízo. No caso da pastagem, é utilizada de forma coletiva. No assentamento, pratica-se também a apicultura.

Atualmente, o assentamento conta com o apoio do Projeto Caatinga⁴, auxiliando os moradores com o oferecimento de cursos de culinária e outros, voltados para a agroecologia, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e do Projeto Dom Helder⁵. Eles têm também o apoio do exército na distribuição de água e também do Banco do Nordeste, através do Cred Amigo. Não contam com nenhum apoio da Prefeitura Municipal de Exu/PE, nem da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA).

⁴ É um projeto que a atuação é voltada principalmente para a promoção da agroecologia, uso sustentável dos recursos naturais e convivência digna e justa com as condições de semi-aridez.

⁵ O Projeto Dom Helder Câmara é um acordo de empréstimo entre o Governo Brasileiro/Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário/FIDA.

Em relação à educação dos assentados, os alunos se deslocam para o distrito do Rogéu, no Município de Santana do Cariri/CE, que fica a 4 km do assentamento, e o transporte é um caminhão pertencente à prefeitura do município citado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a história dos assentamentos rurais no Brasil é marcada por alguns conflitos internos e externos, podemos dizer que o assentamento Serra do Ingá-Exu/PE tem demonstrado que, se houver organização e empenho por parte dos trabalhadores, esse modo de organização pode dar certo.

Por ter sido o primeiro assentamento formado no município a manter organização bastante forte no que diz respeito à luta em busca por projetos, treinamento e aperfeiçoamento voltados para a prática da agricultura familiar dos seus moradores, o Assentamento Serra do Ingá tem servido de exemplo para aqueles que lutam pela terra.

Tentamos mostrar de forma sucinta como se dá a organização sócio-espacial dos moradores do assentamento em questão, mostrando que, apesar das falhas e do pouco investimento para áreas que desenvolvem a pequena produção por parte dos governantes, o assentamento é um exemplo da construção de um novo território, espaço de experiência inerente às relações sociais.

Vimos, então, que é um assentamento que teve sua origem arraigada na exploração de trabalhadores que viviam dependendo da venda de sua força de trabalho e que hoje se organizam de forma pacífica sem exploração do trabalho alheio, produzindo seu sustento no espaço que dele têm a posse e o controle.

Nesse sentido, os assentamentos são importantes centros de transformação; base fundamental na luta por mudança na estrutura fundiária excludente, conservadora e concentradora que se preserva no Brasil. Exemplificando que a reforma agrária pode ser uma política de inclusão social.

TRAINING, ORGANICITY AND LIVED SPACES BY RESIDENTS OF THE SETTLEMENT OF SERRA INGA, EXU / PE

Abstract: The purpose of this article is to rescue the history of life of the residents of the settlement in Sierra Inga Exu / PE and also aims to reveal how the settlement and lived spaces for its residents emerged. In this sense, the central questions that guide this work can be formulated as follows: What is the origin of the settlement? As residents lived before being seated? What are the representations of this living space? Who were the organizers of the settlement? What form of the current organization of the settlement? Understanding the genesis of this settlement is fundamental to understanding its current dynamics. The importance of addressing this issue in referring settlement occurs because he was the first settlement made in the city of Exu.

Keywords: *Seating. Training. Organicity and Agrarian Reform.*

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Transformações Recentes na Agricultura e Luta Pela Reforma Agrária in MST Formação e Territorialização.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Terra de Negócio e Terra de Trabalho: Contribuição Para Estudo da Questão Agrária in Expropriação e Violência.** 3° ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de & LEITE, Sérgio. **A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas.** Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

OLIVEIRA FILHO, Francisco Cláudio Silva. **A Reforma Agrária na Constituição Federal de 1988 e o Desenvolvimento Econômico do Brasil - Efetividade e Limites.** Ceará: XXI ERED/ERAJU, 2008.

SANTOS, Maria Gilma Cordeiro dos. **Agroecologia: Uma Alternativa Para os Moradores do Assentamento Serra do Ingá** 2011. Monografia (Especialização em Geografia e Meio Ambiente). Universidade Regional do Cariri-URCA. 57 p.

SILVA, José Graziano. **O Que é Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

SOUZA, Vanilde Ferreira & BERGAMASCO, Sônia M. Pessoa Pereira. 2011. **Reforma Agrária e Assentamentos Rurais: Perspectivas e desafios.** (Artigo NEAD).